



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11804 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

JOVENS, AÇÕES COLETIVAS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Sebastiao Everton de Oliveira - FAE - Faculdade de Educação da UFMG

Geraldo Magela Pereira Leão - UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

JOVENS, AÇÕES COLETIVAS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa de doutorado que investigou as tensões e dilemas envolvidos na questão da representatividade. Para isso, analisou a sua constituição na perspectiva das identidades políticas em espaços de participação social, num estudo que acompanhou três coletivas juvenis de Belo Horizonte e Região Metropolitana. Assim, considerou os desgastes e conflitos envolvidos na ideia contemporânea de representatividade, indagando como os movimentos juvenis têm refletido e vivenciado esse fenômeno em seus espaços de participação e quais desafios e possibilidades de incidência política e de inovação representativa nesse contexto.

Seu repertório teórico foi organizado na confluência de termos como “juventude”, “participação”, “ação coletiva”, “representatividade”, “reconhecimento” e “identidade política”, a partir da noção de contrato social, mas também de uma leitura do biopoder (FOUCAULT, 1979) e necropoder (MBEMBE, 2018), na perpetuação de uma racionalidade política que está a serviço da eliminação da diferença de determinadas populações. Para isso, dialogou com estudos que abordam conflitos nas sociedades modernas, especialmente marcadas por apagamento de identidades políticas no contexto de uma democracia liberal, indagando se as novas gerações vêm produzindo novas formas de representação e resposta aos limites das democracias representativas. (BRINGEL E PLEYRES, 2015; GARCEZ, 2015).

Para auxiliar no levantamento de dados, a pesquisa realizou um mapeamento 323 ações coletivas e suas principais pautas desenvolvidas na RMBH. Desse universo, foram selecionadas três experiências denominadas “Coletivas” para o trabalho de campo, tendo como critérios o fato de serem protagonizadas por jovens e terem como eixo central a busca

de representatividade em espaços de participação política, o que estamos chamando de reconhecimento das “identidades políticas”. O trabalho de campo contou com a utilização de observação participante, análise documental, diário de campo e realização de conversações com interlocutoras e coautoras que foram fundamentais para composição deste trabalho. Adotou-se a noção de **conversações** centradas no problema (FLICK, 2009; GONZÁLEZ REY, 2005).

Os/as sujeitos/as da pesquisa apontaram distintas compreensões sobre os sentidos políticos de sua atuação e da democracia. Trouxeram ainda a experiência de participação como *lócus* de fabricação de subjetividades, revelando-se como “Outros sujeitos/as”, com capacidade de construir alianças para desnaturalizar seus lugares subalternizados, fora do padrão e contra as forças de produção que as determinam.

Os dados revelam que essas coletividades têm problematizado as orientações sobre quais sujeitos/as têm o direito de viver e existir e quais estão silenciados e desprotegidos nas sociedades contemporâneas. A representação como atividade política, mesmo que limitada, foi reconhecida como prática que promove a justiça quando endereçada à necessidade do reconhecimento de identidades silenciadas pelo Estado e pelas instituições sociais. Nesses espaços, muitas vezes persiste uma interação e ação comunicativa desigual, na qual a reciprocidade não existe, assim como a valorização de suas humanidades. Vimos nessas experiências a necessidade de valorizar o conflito e recriar formas deliberativas de resolução das divergências, sobre a compreensão das leituras de mundo e de diferentes maneiras de lidar com os problemas sociais. Como identificado, parece fazer sentido que quanto mais democrático e afetivo forem os espaços de atuação, mais tendem a se sentirem representados. Do contrário, naquelas experiências que não sentem identificadas e representadas, têm disputado e construído contrapoderes para ocupá-las e transformá-las.

Nessas experiências as lideranças foram tidas como fundamentais para o funcionamento ou mesmo para um sentimento de pertença a essas coletivas. Portanto, em sua forma de organização, elaboravam continuamente a reflexão sobre “quem pode decidir” e “como chegam coletivamente a uma decisão”. Com isso, o poder de lideranças existe, mas ele era distribuído ou redirecionado de acordo com as demandas e situação vividas. Assim, o papel de liderança ficava exercido a partir de demandas por horizontalidade, em geral, delegadas a um grupo de pessoas e na perspectiva valores não autoritários.

As coletivas reivindicavam uma coerência e também diferença na sua identificação e sua forma de atuação, em conformidade com uma constante necessidade de “responder” a um imperativo dos próprios movimentos sociais, em correspondência com determinados valores da solidariedade e da não exclusão.

As interações e formas dessas coletivas se comunicarem, ou se apresentarem publicamente, foram potências percebidas para identificar seus contrapontos e denúncias da não representatividade. Pelo que observamos, as coletivas compreendiam que a prática

representativa não fica restrita aos espaços institucionais, por isso, trazem valores que potencializam ou são mais favoráveis a essa demanda, com noções que passam não apenas na delegação ou substituição de pessoas nas suas atividades cotidianas, mas também ideologias valores ou discursos, no desenvolvimento de performatividades e inventividades para reordenamento dos modos de vida; para denunciar suas exclusões do sistema vigente e para sensibilizar as pessoas sobre suas demandas e identificações.

Havia uma cautela com relação ao uso do termo “político”. Tal cautela revelava uma preocupação em manterem um distanciamento da política partidária, de filiações religiosas, de valores e interesses pessoais etc. Além disso, essas coletivas contestavam a ideia de “dar” voz ao invés de “ter” voz reconhecida, na superação de um discurso passivo *sobre* eles, com demanda de “autorrepresentação discursiva” no campo dos direitos. Trazem o que talvez seja central para a política, ou seja, aquilo que falta para a representação existir, problematizando a fala de si por outro sem sua autorização (SPIVAK, 2010). Portanto, problematizam “quem são” nessa representação, o que está relacionado ao direito de existir, uma dimensão que precede a qualquer outro interesse.

Desta forma, o conflito parecia se localizar justamente na variação das identidades, já que contestavam a norma. Este estudo também revelou que o mais importante não seja encaixá-los em classificações e nomeações homogeneizantes, mas perceber suas demandas, desconfianças e a capacidade de solidariedade e ação diante dos poderes instituídos, no desenvolvimento de seus marcadores de diferenças e contrapoderes. Seu movimento ou alteração de uma ideia à outra não deve ser compreendida como característica negativa, de desorganização, mas processo vivo e complexo, que diz muito de como agem e se reconhecem no tempo presente. Por fim, reconhecemos que esses sujeitos coletivos estão dinamizando essas posições que tentamos lidar, sugerindo processos que não conseguem ser medidos e observados a curto prazo.

BIBLIOGRAFIA

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrev. Junho de 2013, dois anos depois. Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, n. 88, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GONZÁLES REY, Fernando. Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

GARCEZ, Regiane Lucas de Oliveira. **Representação política discursiva e movimento social dos surdos**: coletivização de questões como fonte de deliberação. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica y sobre el gobierno privado indirecto**. Espanha:

Melusina, 2011.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

PALAVRAS-CHAVE: Representatividade. Identidades políticas. Ações coletivas. Participação. Juventudes.